



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica  
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas  
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 3/2021/CTAL/CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.015245/2020-36

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

**Assunto:** Proposta da Moção que "recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares."

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que "recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares."

2. A proposta foi elaborada pela Câmara Técnica Educação, Informação e Ciência e Tecnologia - CTECT/CNRH, conforme descrito no Parecer nº 01/2021/CTECT-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH, de 10 de agosto de 2021 (SEI nº 3298079).

## SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

3. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), para "analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas", a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL na sua 10ª Reunião, realizada por meio virtual em 16 de agosto de 2021, avaliou a proposta de moção encaminhada pela Câmara Técnica Educação, Informação e Ciência e Tecnologia.

4. Nesta ocasião, o coordenador da CTECT, Jefferson Nascimento, relatou

aos membros da CTAL sobre as discussões e as motivações que levaram à proposição em tela. Esclareceu que a proposta de moção, introduzida pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia-Fonasc, veio antes da crise hídrica que se instaurou no Sudeste e Centro-Oeste e era originalmente dirigida ao Distrito Federal, porém, durante os debates percebeu-se que o assunto era comum aos outros estados da União, principalmente no momento de crise hídrica em que o país passa.

5. Conforme Parecer nº 01/2021/CTECT-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH, a CTECT na 4ª Reunião, em 15 de outubro de 2020, iniciou a discussão da matéria ouvindo os representantes do FONASC acerca das motivações que levaram a elaborar o documento, ocasião em que houve questionamento quanto a competência do CNRH na recepção desta iniciativa, uma vez que era direcionado exclusivamente ao governo do Distrito Federal. Na primeira discussão sobre o assunto não obtiveram um consenso sobre o texto e decidiu-se por conceder um prazo para envio de contribuições visando o aperfeiçoamento da redação.

6. O processo de avaliação da proposta perdurou nas 5ª, 6ª e 7ª reuniões da CTECT, ocasião que diferentes atores e especialistas se manifestaram acerca do tema. Por fim, após amplos debates sobre o assunto, o texto final foi discutido e aprovado na 8ª Reunião, em 17 de junho de 2021.

7. Diante deste amplo processo de discussões e colaborações, foi elaborada a proposta de moção, conforme consta do referido Parecer.

8. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos disposto na Lei nº 9.433/97 e no Decreto 10.000/2019 para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

9. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Moção "quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH".

10. Quanto a redação proposta, a CTAL, após ouvir o proponente da moção, João Clímaco (FONASC), que manifestou o descontentamento com a forma que tomou o documento final, acordou por manter o texto tal como encaminhado pela CTECT, avaliando que a proposta atendeu aos requisitos legais que regem a elaboração de moção e que o mérito da matéria foi aprovada na CTECT.

11. Diante da avaliação, a CTAL/CNRH aprovou a proposta de moção que recomenda aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares.

12. Na elaboração deste parecer foi identificado a necessidade de adequação do segundo considerando, para refletir o que consta na Lei 9.433, de 1997.

## CONCLUSÃO

13. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária

do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentado na sequência deste parecer.

**WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR**  
Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais  
CTAL/CNRH

## **MINUTA**

### **MOÇÃO CNRH Nº , DE DE DE 2021**

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e no Processo 59000.015245/2020-36 e;

Considerando o disposto no Art. 225 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Considerando o disposto na [Política Nacional de Recursos Hídricos](#), que estabelece a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, focando nos usos múltiplos da água e, em situação de escassez, priorizar o consumo humano e a dessedentação de animais.

Considerando o artigo 2º da [Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990](#), que estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Considerando a necessidade de atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, e a responsabilidade inerente à gestão dessas demandas, que impele a atuação proativa do poder público com vistas a ampliar os benefícios sociais e reduzir o impacto ambiental.

Considerando que a Organizações das Nações Unidas (ONU) reconhece que o ser humano deve ter direito a uma água limpa e segura, como um direito humano essencial para a vida e poder exercer todos os demais direitos.

Considerando o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável - ODS 6 - Água Potável e Saneamento, da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu como meta a melhoria da qualidade da água, reduzindo a poluição e aumentando a reciclagem e a reutilização sem riscos em âmbito mundial.

Considerando o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, que revelou que os mais pobres têm maior probabilidade de ter acesso limitado a água e saneamento adequados.

Considerando que uma em cada três pessoas no mundo não tem acesso à água potável, segundo relatório recente do Fundo das Nações Unidas

para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Considerando que um número significativo de crianças morre todos os anos por problemas derivados de falta de água tratada, contraindo doenças evitáveis, tais como diarreia, febre tifoide, cólera e poliomielite, segundo dados da UNICEF.

Considerando que a falta de acesso à água tratada deixa determinadas parcelas da sociedade excluídas da prevenção à Covid-19 e mais suscetíveis aos seus efeitos.

Considerando os aspectos de emergência sanitária e de acesso à água na área de relevante interesse social do Distrito Federal, que constam da proposta de moção do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia – Fonasc, apresentada ao CNRH.

Considerando a situação de emergência sanitária das moradias localizadas nas zonas especiais de interesse social, sobretudo nos estabelecimentos comunitários e escolares; que não disponham de abastecimento de água, necessitando de intervenção que minimize os graves riscos existentes.

Considerando a necessidade de elaboração de políticas públicas permanentes e estruturais que amenizem essa situação de vulnerabilidade dos que não têm acesso adequado à água potável.

Considerando a importância da educação ambiental como importante ferramenta para sensibilizar sobre os problemas ambientais contemporâneos, de modo a facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisões de todos os níveis.

## RESOLVE :

Recomendar aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal que promovam o debate sobre segurança hídrica, com a inserção da educação ambiental, com vistas à tomada de decisão pelos órgãos competentes, considerando sobretudo a emergência sanitária em tempos de pandemia e o direito ao abastecimento de água à população residente nas Áreas de Relevante Interesse Social e estabelecimentos comunitários e escolares.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,  
**Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 01/09/2021, às 17:38, com fundamento no art. 4º,  
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador  
**3322425** e o código CRC **8EB3D660**.